



Chantagem 'inaceitável'

Jerónimo de Sousa
SECRETÁRIO-GERAL DO PCP

"Esta ideia (...) de que mais vale um orçamento qualquer, por péssimo que seja (...), é uma situação inaceitável de chantagem".

Como aumentar o IVA

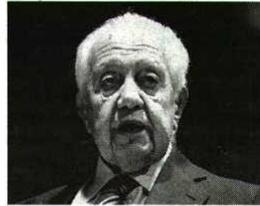
Francisco Louçã
LÍDER DO BLOCO DE ESQUERDA

"Neste momento, a discussão que há entre PS e PSD é exclusivamente saber se aumenta muito ou muitíssimo o IVA".

OE "é bastante mau mas decisivo"

Mário Soares
ANTIGO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

"É necessário passar este Orçamento que não é bom, é bastante mau, até, mas é decisivo para não nos cortarem o crédito".



Trabalhar para os juros

Paulo Portas
LÍDER DO CDS-PP

"O contribuinte está a trabalhar, não para a sua prosperidade ou da sua nação, mas para pagar juros da dívida pública ao estrangeiro".

PERGUNTAS & RESPOSTAS

O segundo e último dia da iniciativa conjunta do JN com a Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas foi de novo fértil em dúvidas. Os leitores do site JN acederam ao chat "já sabe como o orçamento mexe no seu bolso?" e contaram com as respostas da técnica Paula Franco.

UNIÃO DE FACTO

Vivo com o meu namorado (sem união de facto). Como solteiros, podemos receber o dobro em termos de encargos com imóveis do que se apresentarmos em conjunto? Para podermos enviar o IRS em situação de união de facto, têm que ter a mesma morada fiscal há pelo menos dois anos. No entanto, parece-me que ficarão beneficiados se o declarem em separado porque o limite é só um, independentemente das despesas serem de dois.

DESPESAS A APRESENTAR

Rendimento bruto de cerca de 40 000 euros brutos por ano, 3 filhos, cerca de 1800 euros por ano do crédito habitação e 3000 euros de despesas de educação. Que alterações vamos ter? Até agora, poderia ter deduções à colecta no montante 1582,50 (que era o valor que pode deduzir em 2010). Com o limite do tecto para o 3.º escalão onde pertence, só vai poder deduzir 800 € pelo que perde 782,50 € de dedução e já não consegue deduzir mais despesas tais como as de saúde.

FUNCIÓNÁRIO PÚBLICO

Ganho 1545 € por mês, estou na Função Pública e a minha mulher ganha 650 no privado. Temos uma filha. O que vamos perder? Em relação à sua remuneração, vai perder 3,5%, que corresponde a aproximadamente 54 € por mês. Como fica no 2.º escalão não perde o abono. No que respeita a IRS também não ficará abrangido pelos novos limites previstos na proposta do OE para 2011.



VER EM www.jn.pt/economia

OE não conta com efeito restritivo das medidas

Entidades independentes acham optimista o cenário macroeconómico

LUCÍLIA TIAGO
ltiago@jn.pt

Duas apreciações de entidade distintas (UTAO e CES) ao OE2011 convergem numa conclusão: as previsões do Governo para o próximo ano podem ser demasiado optimistas. Até porque, diz a UTAO, não têm em conta o efeito recessivo das medidas de austeridade.

A Unidade Técnica de Apoio Orçamental (UTAO) considera, na análise que faz ao Orçamento para 2011, que "a previsão de crescimento económico" ali prevista "não parece ter levado integralmente em conta os muito prováveis efeitos recessivos" das medidas restritivas propostas. A convicção baseia-se no facto de a projecção do Governo (de 0,2%) ser mais optimista que a do Banco de Portugal que, mesmo sem ter em conta o impacto daquelas medidas adicionais de consolidação orçamental, coloca o PIB em estagnação.

Na análise, a UTAO detém-se também detalhadamente sobre a redução do défice em 2010 e 2011 e a forma como esta é conseguida. E as conclusões a que chegam os especialistas é que fazer diminuir o défice de 7,3 para 4,6% do PIB é já por si o maior esforço dos últimos 15 anos. Mas a realidade pode ser bem maior do que estes números mostram já que, retirando o efeito das medidas extraordinárias, como



Jaime Gama, presidente da AR, com a proposta do OE2011, alvo de várias análises

CES aconselha Governo a ter medidas alternativas ao corte nos salários e ao congelamento de pensões

o fundo de pensões da PT, o esforço de redução do défice será o equivalente a 3,4% do PIB, ou seja, 6 mil milhões de euros.

Lembrando que frequentemente são usadas medidas extraordinárias para equilibrar as contas, a UTAO sublinha, todavia, que essas operações têm apenas impacto no

defíce do ano em que são realizadas. E ainda que o OE não identifique para 2011 nenhuma medida temporária, a UTAO encontrou várias, como a previsão de receita de concessões de recursos hídricos e a atribuição de licenças 4G.

Detendo-se sobre a despesa, a UTAO assinala que a quebra prevista se deve à diminuição da despesa corrente primária, já que se prevê uma subida dos encargos com os juros da dívida. E porque cai a despesa corrente primária? Por causa do corte nos salários, congelamento das pensões, redução das prestações sociais e con-

gelamento nas admissões. A UTAO encontra, ainda assim, rubricas onde a despesa consegue subir inexplicavelmente em 2011. É o caso dos gastos com consumo intermédio que têm um acréscimo de 0,6 pp do PIB face à execução de 2008, apesar de no Relatório de Orientação Orçamental, apresentado em Julho, o Governo estipular para 2011 um valor para os consumos intermédios igual ao de 2008.

O Relatório da UTAO levou ontem o CDS/PP a sublinhar que este vem confirmar as razões para votar contra o OE. Detendo-se na análise que é feita às previsões, a deputada Assunção Cristas, precisou que sem as medidas de austeridade "provavelmente estaríamos em estagnação". Logo, com as medidas "estaremos em recessão, o que irá traduzir-se em aumento do desemprego e consequentemente em mais despesa com prestações sociais.

Também o parecer do Comité Económico e Social ao OE, ontem votado, entende que o cenário macro é pouco plausível, sendo demasiado optimista na evolução das exportações e do desemprego. O CES aconselha ainda o Governo a ter em conta medidas alternativas ao corte dos salários e congelamento das pensões. ■

Solução para a crise do país tem de vir do exterior

Relatório

— A solução para a actual crise financeira e económica de Portugal virá "em larga medida do exterior" e "não de dentro do país" e só vai recuar quando regressar a confiança, conclui o Relatório Trimestral SaeR de Setembro.

O documento frisa que, no caso português, a confiança "virá necessariamente do lado da oferta e das exportações e não dos incentivos à procura" e a "bens não transaccionáveis", tal como aconteceu através de políticas anteriores erradas. "Não é mais possível continuar com essas políticas

com os padrões e modelos de desenvolvimento do passado que conduziram ao endividamento e à falta de crescimento", sublinha.

O aumento da produtividade também é essencial, "seja pelo lado da organização social e eliminação de burocracias e outros desperdícios de valor, seja pela re-

dução pura e dura dos custos de produção, ou outros incentivos à oferta, às exportações nacionais e, em larga medida, às pequenas e médias empresas exportadoras".

Poças Esteves, economista da SaeR, assinalou que o FMI pode intervir no país, mesmo se o OE for aprovado. ■